

***Demonstrações contábeis
consolidadas***

***Petróleo Brasileiro S.A. -
PETROBRAS e Subsidiárias***

*31 de março de 2007 e 2006 com Relatório de
Revisão dos Auditores Independentes
Registrados no Conselho de Supervisão de
Contabilidade das Companhias Abertas nos
Estados Unidos da América (PCAOB)*

(Tradução livre do original em inglês)

(Tradução livre do original em inglês)

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -PETROBRAS
E SUBSIDIÁRIAS**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Índice

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB	3
Balancos Patrimoniais Consolidados	4
Demonstrações Consolidadas do Resultado	7
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	14
1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	14
2. Práticas Contábeis Adotadas Recentemente.....	15
3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos.....	15
4. Imposto de Renda e Contribuição Social	19
5. Estoques.....	21
6. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal.....	21
7. Financiamentos	22
8. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas.....	27
9. Projetos Estruturados	27
10. Arrendamento Mercantil.....	28
11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios.....	29
12. Patrimônio Líquido	32
13. Compromissos e Contingências.....	36
14. Informações sobre Segmentos de Negócios.....	38
15. Nova Lei de Hidrocarbonetos de Bolívia.....	46
16. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela.....	49
17. Eventos Subseqüentes.....	50

Relatório de revisão dos auditores independentes registrados no PCAOB (*)

(Tradução livre do original em inglês)

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Efetuamos uma revisão do balanço patrimonial condensado consolidado da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (e suas controladas) levantado em 31 de março de 2007, e das respectivas demonstrações condensadas consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, correspondentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006. As demonstrações contábeis condensadas consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board). Uma revisão de demonstrações contábeis em períodos intermediários consiste principalmente da aplicação de procedimentos de revisão analítica e indagações feitas aos responsáveis por assuntos contábeis e financeiros. O escopo desta revisão é substancialmente menor do que uma auditoria conduzida de acordo com as normas estabelecidas pelo PCAOB (Estados Unidos), cujo objetivo é emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não emitimos uma opinião.

Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis condensadas consolidadas acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.

KPMG Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil
6 de junho de 2007

**Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - "Public Company Accounting Oversight Board").*

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006
Em milhões de dólares norte-americanos

	31 de março de 2007	31 de dezembro de 2006
Ativo	(Não auditado)	(Nota 1)
Circulante		
Caixa e equivalentes a caixa	9.667	12.688
Títulos e valores mobiliários	382	346
Contas a receber, líquidas	6.498	6.311
Estoques (Nota 5)	6.304	6.573
Imposto de renda diferido	540	653
Impostos a recuperar	2.936	2.593
Adiantamentos a fornecedores	1.026	948
Outros ativos circulantes	1.117	843
	28.470	30.955
Imobilizado, líquido	62.829	58.897
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	3.241	3.262
Outros ativos		
Contas a receber, líquidas	918	513
Adiantamentos a fornecedores	941	852
Conta Petróleo e Alcool - créditos junto ao Governo Federal (Nota 6)	385	368
Títulos governamentais	544	479
Títulos e valores mobiliários	160	94
Depósitos vinculados a processos judiciais e garantias (Nota 13)	807	816
Impostos a recuperar	1.569	1.292
Imposto de renda diferido	72	61
Ágio	246	243
Despesas antecipadas	201	244
Estoques (Nota 5)	214	210
Outros ativos	577	394
	6.634	5.566
Total do ativo	101.174	98.680

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto pelo número de ações)

	31 de março de 2007	31 de dezembro de 2006
	(Não auditado)	(Nota 1)
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	4.713	5.418
Financiamentos de curto prazo (Nota 7)	1.347	1.293
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (Nota 7)	1.560	2.106
Parcela circulante dos projetos estruturados (Nota 9)	2.374	2.182
Parcela circulante das obrigações de arrendamento mercantil (Nota 10)	218	231
Juros provisionados	290	247
Imposto de renda e contribuição social a pagar	347	235
Outros impostos a pagar	3.634	3.122
Imposto de renda diferido	4	8
Salários e encargos sociais	1.178	1.192
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	772	3.693
Contingências (Nota 13)	27	25
Adiantamentos de clientes	1.187	880
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de pensão (Nota 11)	169	198
Outras contas a pagar e provisões	1.113	956
	18.933	21.786
Exigível a longo prazo		
Financiamentos de longo prazo (Nota 7)	10.467	10.510
Projetos estruturados (Nota 9)	4.524	4.192
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 10)	746	824
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de Pensão (Nota 11)	5.019	4.645
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de saúde (Nota 11)	5.824	5.433
Imposto de renda diferido	3.034	2.916
Provisão para abandono de poços	1.547	1.473
Contingências (Nota 13)	203	208
Outros passivos	549	428
	31.913	30.629
Participação minoritária	2.009	1.966

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto pelo número de ações)

	31 de março de 2007	31 de dezembro de 2006
	(Não auditado)	(Nota 1)
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Ações autorizadas e emitidas		
Ações preferenciais – 2007 e 2006 – 1.850.364.698 ações	7.718	7.718
Ações ordinárias - 2007 e 2006 - 2.536.673.672 ações	10.959	10.959
Reserva de capital	181	174
Lucros acumulados		
Apropriados	24.717	23.704
A apropriar	11.680	10.541
Outros resultados abrangentes acumulados		
Ajustes de conversão acumulados	(4.238)	(6.202)
Ajustes de reservas de benefícios, pós-aposentadoria, líquidos de impostos (US\$ 1.102 e US\$ 1.058 em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro, respectivamente) – Plano de pensão (Nota 11)	(2.139)	(2.052)
Ajustes de reservas de benefícios, pós-aposentadoria, líquidos de impostos (US\$ 530 e US\$ 508 em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro, respectivamente) – Plano de saúde (Nota 11)	(1.029)	(987)
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos (US\$ 13 e US\$ 47 em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro, respectivamente)	472	446
Perda não realizada no “ <i>hedge</i> ” de fluxo de caixa	(2)	(2)
	<u>48.319</u>	<u>44.299</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>101.174</u></u>	<u><u>98.680</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

31 de março de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto a quantidade e valores por ação)

(Não auditado)

	Período de três meses findo em	
	31 de março de	
	2007	2006
Vendas de produtos e serviços	23.700	21.225
Menos:		
ICMS e outros impostos sobre vendas e serviços	(4.427)	(4.173)
Contribuição de intervenção do domínio econômico - CIDE	(873)	(838)
Receita operacional líquida	18.400	16.214
Custo das vendas	10.455	8.112
Depreciação, exaustão e amortização	1.157	816
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	302	138
Despesas de vendas, gerais e administrativas	1.358	1.137
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	180	113
Outras despesas operacionais	733	81
Total de custos e despesas	14.185	10.397
Participação no resultado de empresas não consolidadas	29	10
Receita financeira (Nota 8)	306	(192)
Despesa financeira (Nota 8)	(106)	(231)
Variações monetárias e cambiais sobre os ativos e passivos monetários, líquidas (Nota 8)	(337)	112
Despesa com benefícios aos participantes aposentados	(226)	(253)
Outros tributos	(142)	(108)
Outras despesas, líquidas	15	(41)
	(461)	(703)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária	3.754	5.114

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (Continuação)

31 de março de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto a quantidade e valores por ação)

(Não auditado)

	Período de três meses findo em	
	31 de março	
	2007	2006
Despesa de imposto de renda (Nota 4)		
Corrente	(1.318)	(1.371)
Diferido	(110)	(362)
	<u>(1.428)</u>	<u>(1.733)</u>
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	<u>(167)</u>	<u>(218)</u>
Lucro líquido do período	<u>2.159</u>	<u>3.163</u>
Lucro líquido aplicável a cada classe de ações		
Ordinárias	1.248	1.829
Preferenciais	<u>911</u>	<u>1.334</u>
Lucro líquido do período	<u>2.159</u>	<u>3.163</u>
Lucro básico e diluído por: (Nota 12)		
Ação Ordinária e Preferencial	0,49	0,72
ADS Ordinárias e Preferenciais	1,96	2,88
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		
Ordinárias	2.536.673.672	2.536.673.672
Preferenciais	<u>1.850.364.698</u>	<u>1.849.478.028</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de março de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Não auditado)

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2007	2006
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do período	2.159	3.163
Ajustes para conciliação do lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação, exaustão e amortização	1.157	816
Custos com poços secos	50	77
Perda com imobilizado	91	33
Amortização de incentivo de compra diferido	-	(13)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	110	362
Participação em resultados de empresas não consolidadas	(29)	(10)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	167	218
Despesa de juros – provisão para abandono	-	35
(Ganhos)/ perdas cambiais e monetárias	224	(25)
Despesas financeiras de operações de “ <i>hedge</i> ” para gás natural	-	384
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber, líquidas	(395)	114
Títulos e valores mobiliários	(82)	31
Estoques	327	(652)
Impostos a recuperar	(482)	(239)
Adiantamentos a fornecedores	(112)	(74)
Outros	280	(122)
Aumento (redução) no passivo:		
Contas a pagar a fornecedores	(808)	294
Salários e encargos sociais	(53)	(177)
Impostos a pagar, exceto impostos de renda	110	50
Imposto de renda e contribuição social a pagar	379	562
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de Pensão	119	269
Outros passivos	251	(172)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	3.463	4.924

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA (Continuação)

31 de março de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Não auditado)

	Período de três meses findo em	
	31 de março	
	2007	2006
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(3.674)	(2.666)
Outros	129	(20)
Caixa líquido utilizado na atividades de investimento	(3.545)	(2.686)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos de curto prazo, líquidos de captações e pagamentos	158	(82)
Captações de financiamentos a longo prazo	428	103
Pagamentos do principal sobre financiamentos de longo prazo	(1.284)	(602)
Captações de projetos estruturados	747	322
Pagamentos relativos a projetos estruturados	(447)	(147)
Pagamentos de obrigações de arrendamento mercantil	(55)	(49)
Dividendos pagos aos acionistas	(2.815)	(1.847)
Dividendos pagos a acionistas minoritários	(10)	(18)
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento	(3.278)	(2.320)
Redução de caixa e equivalentes a caixa	(3.360)	(82)
Efeito das variações cambiais sobre caixa e equivalentes a caixa	339	629
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	12.688	9.871
Caixa e equivalentes a caixa no final do período	9.667	10.418
Informações suplementares do fluxo de caixa:		
Valores pagos durante o período para:		
Juros	323	456
Imposto de renda e contribuição social	874	1.048
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	9	28

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de março de 2007e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto valores por ação)

(Não auditado)

	Período de três meses findo em	
	31 de março	
	2007	2006
Ações preferenciais		
Saldo em 1º de janeiro	<u>7.718</u>	<u>4.772</u>
Saldo em 31 de março	<u>7.718</u>	<u>4.772</u>
Ações ordinárias		
Saldo em 1º de janeiro	<u>10.959</u>	<u>6.929</u>
Saldo em 31 de março	<u>10.959</u>	<u>6.929</u>
Reserva de capital - incentivos fiscais		
Saldo em 1º de janeiro	<u>174</u>	<u>159</u>
Transferência de lucros acumulados não apropriados	<u>7</u>	<u>12</u>
Saldo em 31 de março	<u>181</u>	<u>171</u>
Outros resultados negativos abrangentes acumulados		
Ajustes de conversão acumulados		
Saldo em 1º de janeiro	<u>(6.202)</u>	<u>(9.432)</u>
Varição no período	<u>1.964</u>	<u>2.477</u>
Saldo em 31 de março	<u>(4.238)</u>	<u>(6.955)</u>
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos		
– Plano de pensão		
Saldo em 1º de janeiro	<u>(2.052)</u>	<u>(1.930)</u>
Varição no período	<u>(87)</u>	<u>(148)</u>
Saldo em 31 de março	<u>(2.139)</u>	<u>(2.078)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO (Continuação)
31 de março de 2007e 2006
Em milhões de dólares norte-americanos (exceto valores por ação)
(Não auditado)

	Período de três meses findo em	
	31 de março	
	2007	2006
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – Plano de saúde		
Saldo em 1º de janeiro	(987)	-
Variação no período	(42)	-
Saldo em 31 de março	(1.029)	-
Ganhos a apropriar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos		
Saldo em 1º de janeiro	446	356
Ganhos a realizar	39	28
Efeito tributário	(13)	(10)
Saldo em 31 de março	472	374
Perda não reconhecida em hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		
Saldo em 1º de janeiro	(2)	-
Saldo em 31 de março	(2)	-
Lucros acumulados apropriados		
Reserva legal		
Saldo em 1º de janeiro	3.045	2.225
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	130	172
Saldo em 31 de março	3.175	2.397

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO (Continuação)
31 de março de 2007e 2006
Em milhões de dólares norte-americanos (exceto valores por ação)
(Não auditado)

	Período de três meses findo em	
	31 de março de	
	2007	2006
Reserva de lucros a distribuir		
Saldo em 1º de janeiro	20.074	17.439
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	858	1.353
Saldo em 31 de março	20.932	18.792
Reserva estatutária		
Saldo em 1º de janeiro	585	431
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	25	33
Saldo em 31 de março	610	464
Total de lucros acumulados apropriados	24.717	21.653
Lucros acumulados a apropriar		
Saldo em 1º de janeiro	10.541	11.968
Lucro líquido do período	2.159	3.163
Apropriação (para) reserva de incentivos fiscais	(7)	(12)
Apropriação (para) reservas	(1.013)	(1.558)
Saldo em 31 de março	11.680	13.561
Total do patrimônio líquido	48.319	38.427
O lucro abrangente é composto como segue:		
Lucro líquido do período	2.159	3.163
Ajustes acumulados de conversão	1.964	2.477
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos -Plano de pensão	(87)	(148)
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos -Plano de saúde	(42)	-
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda	26	18
Lucro abrangente total	4.020	5.510

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas não auditadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a Companhia) foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) e com as normas e regulamentações promulgadas pela Comissão Norte-americana de Valores Mobiliários e Câmbio (“*Securities and Exchange Commission*” - SEC) aplicáveis às demonstrações contábeis interinas. Assim, estas demonstrações contábeis não apresentam todas as informações e notas explicativas exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos para demonstrações contábeis completas. Estas demonstrações contábeis consolidadas não auditadas e suas respectivas notas explicativas devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas notas explicativas.

Embora tenha sido originado das demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de 2006, o balanço patrimonial levantado naquela data não apresenta todas as informações e notas explicativas exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos para demonstrações contábeis completas.

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de março de 2007 e para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006, incluídas neste relatório, não foram auditadas. Entretanto, a Administração acredita que tais demonstrações contábeis consolidadas refletem todos os ajustes recorrentes necessários a uma adequada apresentação. Os resultados apresentados em períodos interinos não indicam necessariamente uma tendência de resultados a serem esperados para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2007.

A elaboração destas demonstrações contábeis exige a adoção de estimativas e premissas que afetam a determinação dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgados nas demonstrações contábeis, bem como os valores apresentados nas respectivas notas explicativas.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis (Continuação)

De acordo com a Norma 436 (c) da Lei de Valores Mobiliários Norte-americana (“*Securities Act*”) de 1933, este documento não se trata de um “relatório” e não deve ser considerado como parte de qualquer demonstração para fins de arquivamento e que tenha sido preparado ou certificado segundo os termos dos artigos 7 e 11 da referida Lei. Portanto, a responsabilidade dos auditores independentes segundo o artigo 11 da Lei não se aplica às informações aqui apresentadas.

2. Práticas Contábeis Adotadas Recentemente

a) Interpretação FASB No. 48, Contabilização para Incertezas no Imposto de Renda, uma Interpretação do Pronunciamento FASB 109 (FIN 48)

Em julho de 2006, o FASB divulgou a FIN 48, que passou a vigorar efetivamente em 1º de janeiro de 2007 (veja Nota 4).

3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das “*commodities*” possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou os fluxos de caixa e lucros futuros da Companhia. A Companhia mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão de seus diretores.

A Companhia pode utilizar instrumentos derivativos e não-derivativos para implementar sua estratégia global de gerenciamento de riscos. Entretanto, ao utilizar instrumentos derivativos, a Companhia se expõe aos riscos de crédito e de mercado. Riscos de crédito consistem no não cumprimento dos termos do contrato derivativo por uma contraparte. Risco de mercado é o possível efeito adverso sobre o valor dos ativos ou passivos, incluindo instrumentos financeiros, que resultam de uma alteração nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das “*commodities*”. A Companhia monitora os riscos de crédito limitando as contrapartes de instrumentos financeiros derivativos às instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de mercado são gerenciados pelos diretores da Companhia. A Companhia não mantém nem tampouco emite instrumentos financeiros para fins comerciais.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)

a) Gerenciamento de riscos cambiais

A estratégia adotada pela Companhia para o gerenciamento de risco de moeda estrangeira pode envolver o uso de instrumentos derivativos para reduzir sua exposição à volatilidade das taxas de câmbio, que podem impactar o valor de algumas de suas obrigações. A fim de implementar essa estratégia, a Companhia utiliza operações de “*hedge*” denominadas “*Zero Cost Collar*”.

O valor justo das opções de compra do “zero cost collars” da Companhia em 31 de março de 2007 era de US\$23 (US\$21 em 31 de dezembro de 2006) e as opções de venda possuíam o valor justo de zero em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

Em 31 de março de 2007, a PEPSA teve vendas a termo de dólares norte-americanos em troca por pesos argentinos. Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006, a PEPSA reconheceu lucros para esses contratos de zero e US\$1, respectivamente. Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, o valor de face dos contratos efetivos totalizou US\$10 e US\$18, respectivamente, à taxa de câmbio média de 3,25 e 3,26 pesos argentinos por dólares norte-americanos respectivamente. Sem considerar as operações mencionadas acima, em 31 de março de 2007, a Companhia não teve quaisquer outras posições em instrumentos derivativos.

b) Gerenciamento de risco dos preços de “*commodities*”

Petróleo e derivados

A Companhia está exposta a riscos dos preços de “*commodities*” devido à flutuação dos preços de petróleo bruto e derivados de petróleo. As operações para reduzir a exposição da Companhia aos riscos de preços de “*commodities*” consistem basicamente de contratos de futuros negociados em bolsas de valores e de opções e “*swaps*” firmados com instituições financeiras de primeira linha. Os contratos de futuros envolvem compras e vendas antecipadas de petróleo bruto, geralmente para períodos de 30 a 360 dias, de forma a reduzir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços de “*commodities*”.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)

b) Gerenciamento de risco dos preços de “commodities”(Continuação)

Petróleo e derivados (Continuação)

A exposição da Companhia nesses contratos está limitada à diferença entre o valor do contrato e o valor de mercado sobre os volumes contratados.. Os contratos futuros relativos a petróleo bruto possuem marcação a mercado e os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período corrente independentemente do momento em que ocorrem as vendas físicas do óleo bruto. Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006, a Companhia efetuou operações de “*hedge*” econômico para 24,1% e 15,0%, respectivamente, do volume total comercializado (importações e exportações).

As posições em aberto nos mercados futuros, comparadas com o valor de mercado à vista, resultaram em perdas reconhecidas de US\$22 e US\$3 durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006, respectivamente.

c) Gerenciamento de risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é decorrente de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de sua dívida de curto prazo. A dívida da Companhia referente às taxas de juros flutuantes em moeda estrangeira está sujeita principalmente às flutuações da LIBOR e a dívida referente às taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita principalmente às flutuações da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Entretanto, a Companhia está analisando vários tipos de instrumentos derivativos destinados a reduzir sua exposição aos riscos de flutuações da taxa de juros e poderá utilizá-los no futuro. contabilidade para seus instrumentos derivativos de óleo cru e seus instrumentos derivativos de *swaps* da taxa de juros, mas não mantinha tais instrumentos em 31 de março de 2007, nem em 31 de março de 2006; nem há quaisquer *hedges* de contabilidade implementados pendentes.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)

d) “Hedge” de fluxo de caixa

Em setembro de 2006, a PifCo contratou uma operação de “*cross currency swap*” segundo a qual converteu pagamentos de principal e juros em títulos “*bond*” denominados em Yenes por dólares norte-americanos. De acordo com o U.S. GAAP, “*hedges*” de fluxo de caixa em moeda estrangeira só podem ser designados como tais quando cobrem o risco para a moeda funcional da entidade, e portanto, esse “*cross currency swap*” é qualificado para designação contábil de “*hedge*”, considerando que a moeda funcional da PifCo é o dólar norte-americano, e a avaliação da eficácia do “*hedge*” indica que a modificação no valor justo de mercado do instrumento de “*hedging*” designado é altamente eficaz.

e) Instrumento derivativo utilizado em operações de gás natural

No tocante ao contrato de longo prazo para a compra de gás (“*The Gas Supply Agreement*” - GSA) que visa ao abastecimento de usinas termelétricas e a outros usos no Brasil, a Companhia firmou, com a Empresa Petrolera ANDINA, uma produtora de gás na Bolívia, um contrato que se caracteriza como um instrumento financeiro derivativo de acordo com o Pronunciamento SFAS 133. Este contrato, o Contrato de Redução da Volatilidade de Preços do Gás Natural (“*Natural Gas Price Volatility Reduction Contract*” - “PVRC”), tem por objetivo reduzir os efeitos da volatilidade do preço relativo ao GSA.

Os termos do PVRC incluíam um limitador de preço (“collar”) para o período de 2005 a 2019 em que a Companhia recebe pagamentos da contraparte quando o valor apurado ultrapassa o teto estabelecido e efetua pagamentos à contraparte quando o valor apurado encontra-se abaixo do piso estabelecido, sem a existência de pagamentos quando o preço se mantém entre o máximo e mínimo.

Em virtude da Lei dos Hidrocarbonetos da Bolívia (veja Nota 15), a outra parte envolvida no contrato PVRC contestou o contrato, alegando, entre outros motivos, força maior e ônus excessivo. Como resultado a Companhia ajustou ao valor justo os ativos e passivos relativos ao PVRC por meio do reconhecimento de despesas financeiras de US\$328 durante o primeiro trimestre de 2006 em consequência do aumento dos impostos na Bolívia.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)

e) Instrumento derivativo utilizado em operações de gás natural (Continuação)

Em 12 de agosto de 2006, as partes concordaram em cancelar o PVRC. Como consequência, em 14 de agosto de 2006, a Companhia recebeu US\$41 e reconheceu como prejuízo as contas a receber relativas ao PVRC no montante de US\$77 e reconheceu como prejuízo o ativo remanescente ao valor justo de US\$94, em decorrência do cancelamento do contrato.

4. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos de renda no Brasil compreendem imposto de renda federal e contribuição social, que é um imposto de renda federal adicional. As alíquotas fiscais estatutárias sancionadas para imposto de renda e contribuição social foram de 25% e 9%, respectivamente para os períodos trimestrais findos em 31 de março de 2007 e 2006.

A receita tributável da Companhia é substancialmente gerada no Brasil e está portanto sujeita à alíquota fiscal estatutária brasileira.

Em julho de 2006, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu a Interpretação da FASB Nº 48 (FIN-48), “Contabilização para Incertezas no Imposto de Renda, uma interpretação do Pronunciamento FASB Nº 109” (FIN 48). Essa Interpretação estabelece diretrizes sobre reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas a posições fiscais incertas. Uma posição fiscal incerta deve ser reconhecida quando a probabilidade de sustentação for mais provável do que não quando examinada pela Autoridade fiscal. A Companhia adotou essa Interpretação efetivamente em 1º de janeiro de 2007. A adoção não teve impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras.

A Companhia e suas subsidiárias arquivaram declarações de Imposto de Renda na jurisdição brasileira e em diversas jurisdições estrangeiras. As fiscalizações nas jurisdições mais importantes, foram geralmente finalizadas até 2001. A Companhia classifica os juros sobre imposto de renda como despesa ou receita de juros e as multas como despesas operacionais. Em 1º de janeiro de 2007, a Companhia não possuía nenhuma provisão significativa de juros e multas a pagar.

A tabela a seguir reconcilia o imposto calculado com base em alíquotas fiscais estatutárias à despesa com imposto de renda registrada nessas demonstrações contábeis consolidadas:

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

	Período de três meses findo em	
	31 de março de	
	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária		
Brasil	3.810	4.905
Internacional	(56)	209
	<u>3.754</u>	<u>5.114</u>
Despesa de imposto de renda às alíquotas oficiais - (34%)	(1.276)	(1.739)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Benefícios pós-aposentadoria e plano de saúde não dedutíveis	(72)	(56)
Mudanças em provisão para perda no valor de realização	25	-
Outros	(105)	62
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração consolidada do resultado	<u>(1.428)</u>	<u>(1.733)</u>

A tabela a seguir demonstra as despesas com imposto de renda (benefício) e contribuição social nacional e internacional registradas nestas demonstrações contábeis consolidadas.

	Período de três meses findo	
	em 31 de março de	
	2007	2006
Despesa com imposto de renda por demonstração consolidada de resultado		
Brasil		
Corrente	(1.277)	(1.325)
Diferido	(115)	(346)
	<u>(1.392)</u>	<u>(1.671)</u>
Internacional		
Corrente	(41)	(46)
Diferido	5	(16)
	<u>(36)</u>	<u>(62)</u>
	<u>(1.428)</u>	<u>(1.733)</u>

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
Em milhões de dólares norte-americanos
(Exceto quando especificamente indicado)
(Não auditado)

5. Estoques

	<u>31 de março de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Produtos		
Derivados de petróleo	2.105	2.220
Álcool combustível	191	160
	<u>2.296</u>	<u>2.380</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto	2.742	2.989
Materiais e suprimentos	1.386	1.274
Outros	94	140
	<u>6.518</u>	<u>6.783</u>
Estoque circulante	<u>6.304</u>	<u>6.573</u>
Estoque de longo prazo	<u>214</u>	<u>210</u>

6. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal

O quadro abaixo resume as movimentações na Conta Petróleo e Álcool no período de três meses findo em 31 de março de 2007:

	<u>Período de três meses findo em 31 de março de 2007</u>
Saldo inicial	368
Receita financeira	2
Ganho na conversão	15
	<u>385</u>
Saldo final	<u>385</u>

A Petrobras após ter fornecido todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está em articulação com esta Secretaria buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes, para concluir o encontro de contas, de acordo com o previsto na Medida Provisória Nº 2.181, de 24 de agosto de 2001.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

6. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal (Continuação)

O saldo remanescente da Conta Petróleo e Álcool poderá ser pago da seguinte forma: (1) Títulos do Tesouro Nacional emitidos no mesmo valor que o do saldo final da Conta Petróleo e Álcool; (2) compensação do saldo da Conta Petróleo e Álcool com quaisquer outros valores que possam ser devidos pela Companhia ao Governo Federal, incluindo impostos; ou (3) uma combinação das opções acima.

7. Financiamentos

a) Financiamentos de curto prazo

Os financiamentos de curto prazo da Companhia foram obtidos principalmente de bancos comerciais e incluem financiamento de importações e exportações em dólares norte-americanos, apresentados como segue:

	<u>31 de março de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Importações - petróleo e equipamentos	51	148
Capital de giro	<u>1.296</u>	<u>1.145</u>
	<u>1.347</u>	<u>1.293</u>

A média ponderada das taxas de juros anuais dos empréstimos de curto prazo em aberto, em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, era de 4,35% e de 4,68%, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

7. Financiamentos (Continuação)

b) Financiamentos de longo prazo

- Composição

	<u>31 de março de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Moeda estrangeira		
Notas	3.337	4.217
Instituições financeiras	3.780	3.550
Securitização de recebíveis	664	680
Créditos junto a fornecedores	1.199	1.215
Senior Notes negociáveis	330	330
Ativos relacionados ao programa de exportação a serem compensados com a venda de recebíveis futuros	(150)	(150)
Títulos recomprados (1)	(19)	(19)
	<u>9.141</u>	<u>9.823</u>
Moeda local		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (companhia estatal)	281	865
Debêntures:		
BNDES (companhia estatal)	620	626
Outros bancos	1.152	1.093
Outros	833	209
	<u>2.886</u>	<u>2.793</u>
Total	12.027	12.616
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo	(1.560)	(2.106)
	<u>10.467</u>	<u>10.510</u>

- (1) Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía saldos investidos no exterior em um fundo exclusivo, o qual detinha títulos de algumas companhias do grupo Petrobras e de algumas SPE's consolidadas pela Companhia de acordo com a FIN 46(R), no valor total de US\$352 e US\$245, respectivamente. Esses títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos do saldo de títulos e valores mobiliários e financiamentos de longo prazo, no total de US\$19 (US\$19 em 31 de dezembro de 2006), e de projetos estruturados de US\$333 (US\$226 em 31 de dezembro de 2006 (veja também a Nota 9). Os ganhos e perdas na extinção de títulos são reconhecidos quando incorridos. As posteriores re-emissões dos títulos por valores superiores ou inferiores ao seu valor de face são registradas como prêmios ou descontos e são amortizadas pelo prazo de vigência dos títulos. A Petrobras não reconheceu perdas na extinção da dívida durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2006 e 2007. Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía um saldo em aberto de prêmios líquidos de reemissão que totalizava US\$39 e US\$45, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

7. Financiamentos (Continuação)

b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)

- Composição dos financiamentos no exterior por moeda

	<u>31 de março de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Moeda		
Dólar norte-americano	8.259	8.928
Iene japonês	616	626
Euro	266	269
	<u>9.141</u>	<u>9.823</u>

- Vencimentos do principal dos financiamentos de longo prazo

Em 31 de março de 2007, os vencimentos das parcelas de longo prazo podem ser apresentados como segue:

2008	1.131
2009	938
2010	1.732
2011	887
2012	1.612
2013 em diante	<u>4.167</u>
	<u>10.467</u>

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

7. Financiamentos (Continuação)

b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)

- Composição dos financiamentos de longo prazo por taxa de juros anuais

Os financiamentos de longo prazo estão sujeitos às seguintes taxas de juros anuais:

	31 de março de 2007	31 de dezembro de 2006
No exterior		
6% ou menos	2.394	2.373
De 6% a 8%	4.084	3.805
De 8% a 10%	2.489	3.321
De 10% a 15%	174	324
	9.141	9.823
No país		
6% ou menos	479	470
De 6% a 8%	186	167
De 8% a 10%	854	858
De 10% a 15%	1.367	1.298
	2.886	2.793
	12.027	12.616

Global Notes

A subsidiária Petrobras International Finance Company - PifCo concluiu oferta de troca de títulos, com liquidação da operação, em 07 de fevereiro de 2007. Como resultado, a PifCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$ 399 (valor de face). Os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e, como resultado, a PifCo emitiu, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$ 399, os quais constituem uma emissão única e fungível com os US\$ 500 lançados em 06 de outubro de 2006, totalizando US\$ 899 em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PifCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$ 56 como resultado da oferta para troca dos títulos. A transação foi tratada como uma troca para fins de demonstrações contábeis e dessa maneira, os US\$ 56 serão amortizados como despesa de juros ao longo da vida útil dos novos títulos de acordo com a taxa de juros efetiva.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

8. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas

As receitas financeiras, despesas financeiras e as variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas, apropriadas ao resultado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006, estão demonstradas abaixo:

	Período de três meses findo em	
	31 de março de	
	2007	2006
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos	(291)	(289)
Juros capitalizados	287	219
Projetos estruturados	(67)	(98)
Arrendamento mercantil	(22)	(28)
Outras	(13)	(35)
	(106)	(231)
Receitas financeiras		
Investimentos	133	(15)
(Perdas)/Ganhos nas transações com <i>hedge</i>	38	(328)
Clientes	28	59
Títulos governamentais	11	11
Adiantamentos a fornecedores	6	7
Outras	90	74
	306	(192)
Variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas	(337)	112
	(137)	(311)

9. Projetos Estruturados

Desde 1997, a Companhia vem estabelecendo parcerias operacionais com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de suas atividades de exploração e produção e projetos correlatos.

As sociedades de propósitos específicos associadas aos projetos estruturados são consolidadas com base na FIN 46(R) e as obrigações relativas aos projetos estruturados representam a dívida das SPE's consolidadas obtidas de financiadores.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

9. Projetos Estruturados (Continuação)

Sob esses contratos, a Companhia é responsável por concluir o desenvolvimento dos campos de petróleo e gás, operá-los, arcar com todas as despesas operacionais referentes aos projetos e utilizar parte da receita líquida gerada pelos campos para financiar as dívidas das SPE's e para pagamento do retorno sobre o patrimônio. Ao término de cada financiamento de projeto, a Companhia poderá comprar os ativos arrendados ou transferidos das sociedades de propósito específico consolidadas constituídas.

As obrigações relativas aos projetos em andamento, em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, estão descritas resumidamente a seguir:

	<u>31 de março de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Barracuda/Caratinga	1.305	1.405
Charter Development – CDC (1)	1.035	876
PDET Offshore S.A.	874	662
Transportadora Gasene	658	617
Cabiúnas	616	683
Nova Transportadora do Sudeste – NTS (2)	602	543
Codajás (3)	556	411
Nova Transportadora do Nordeste – NTN (2)	489	449
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP	334	226
Espadarte/Voador/Marimbá (EVM)	287	282
Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	206	175
Nova Marlim	154	142
Albacora	56	46
Cia Petrolífera Marlim	32	57
Pargo, Carapeba, Garoupa and Cherne (PCGC)	27	26
Títulos recomprados (4)	(333)	(226)
	<u>6.898</u>	<u>6.374</u>
Parcela circulante dos projetos estruturados	<u>(2.374)</u>	<u>(2.182)</u>
	<u>4.524</u>	<u>4.192</u>

(1) Charter Development – CDC é responsável por Marlim Leste (Projeto P-53).

(2) A Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a Nova Transportadora do Nordeste – NTN participam do consórcio responsável pelo Projeto Malhas.

(3) Codajás consolida a Transportadora Urucu - Manaus S.A., que é responsável pelo Projeto Amazônia.

(4) Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía saldos investidos em um fundo exclusivo no exterior. Estes títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos da apresentação do saldo de títulos e valores mobiliários e de projetos estruturados. (veja Nota 7).

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

9. Projetos Estruturados (Continuação)

A Companhia recebeu adiantamentos no montante de US\$382, que estão registrados como obrigações com projetos estruturados e são relacionados a ativos atrelados a contratos com os investidores, incluídos no saldo do ativo imobilizado. Esses ativos e obrigações estão registrados pelo valor bruto, uma vez que a obrigação somente pode ser liquidada através da entrega do ativo totalmente construído.

Em 31 de março de 2007, a parcela de longo prazo relativa aos projetos estruturados possuem os seguintes vencimentos:

2008	1.438
2009	1.029
2010	541
2011	227
2012	221
2013 em diante	1.068
	<u>4.524</u>

10. Arrendamento Mercantil

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil para algumas plataformas marítimas e navios que são registrados como arrendamento mercantil. Em 31 de março de 2007, o valor contábil líquido dos ativos arrendados era de US\$1.322 (US\$1.338 em 31 de dezembro de 2006).

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

10. Arrendamento Mercantil (Continuação)

Em 31 de março de 2007, os pagamentos mínimos futuros desses contratos de arrendamento são os seguintes:

2007	232
2008	303
2009	271
2010	218
2011	103
2012	45
2013 em diante	31
Provisão de pagamentos futuros de arrendamentos	<u>1.203</u>
Menos montante representando juros anuais de 6,2% a 12,0%	<u>(239)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	964
Menos parcela circulante de obrigações de arrendamento mercantil	<u>(218)</u>
Parcela de longo prazo de obrigações de arrendamento mercantil	<u>746</u>

11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios

A Companhia patrocina um plano de pensão de benefício definido para praticamente todos seus funcionários e proporciona certos benefícios de saúde para um número de funcionários ativos e inativos. Em 2006, a Companhia efetuou contribuições para os planos de pensão e saúde no montante de US\$362.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)

Os saldos relacionados a benefícios pós-aposentadoria estão representados a seguir:

	Em			
	31 de março de 2007		31 de dezembro de 2006	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Passivo circulante	169	-	198	-
Exigível a longo-prazo	5.019	5.824	4.645	5.433
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria projetados	5.188	5.824	4.843	5.433
Outros resultados abrangentes acumulados	3.241	1.559	3.110	1.495
Efeito tributário	(1.102)	(530)	(1.058)	(508)
Saldo líquido registrado no patrimônio líquido	2.139	1.029	2.052	987

O custo periódico de pensão líquido inclui os seguintes componentes:

	Em 31 de março de			
	2007		2006	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Custo dos serviços-benefícios incorridos durante o período	50	23	43	20
Juros sobre obrigações estimadas com benefícios	460	146	424	147
Retorno estimado sobre os ativos do plano	(338)	-	(282)	-
Amortização da perda (ganho) líquida (o)	41	19	78	34
Amortização de custo de serviço anterior	-	17	-	-
	213	205	263	201
Contribuições por parte dos funcionários	(38)	-	(33)	-
Custo de benefício periódico, líquido	175	205	230	201

A Companhia vem avaliando alternativas para um novo modelo de seu plano de pensão suplementar, incluindo análises de arranjos negociados para a quitação de déficits atuariais.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

11. Obrigações com Benefícios Pós-Emprego e Outros Benefícios (Continuação)

Em 19 de abril de 2006, a Companhia, visando chegar a um acordo com relação a seu Plano de Previdência Complementar, apresentou aos participantes empregados e assistidos, uma proposta para trazer equilíbrio ao atual Plano Petros e a implementação de um novo plano, denominado Plano Petros 2.

A execução da proposta apresentada pela Diretoria Executiva da Companhia estava sujeita a um conjunto de condições, incluindo a renegociação do Regulamento do Plano Petros, com relação aos meios de reajustar os benefícios e pensões considerando um índice significativo de adesão individual de participantes empregados e dependentes.

A meta do o número mínimo de adesão à repactuação foi estabelecida em 2/3 (dois-terços) dos participantes e o prazo final para eles fazerem sua escolha foi 28 de fevereiro de 2007. A meta foi cumprida e a proposta apresentada pela Companhia tornou-se efetiva, alterando duas condições do plano: i) os aumentos de salário dos funcionários ativos não serão base para reajustamento dos salários dos funcionários aposentados, os quais serão reajustados pelo indexador de inflação (IPCA); e ii) eventuais reduções nas pensões geradas pelo plano governamental não serão absorvidas pela Petros. Essas alterações não afetaram significativamente a obrigação projetada do benefício.

Em contrapartida pela aceitação da repactuação, em março de 2007 os participantes e funcionários aposentados receberam o incentivo financeiro de US\$ 498 que foi registrado como componente de “Outras despesas operacionais, líquidas”.

Há dois processo judiciais principais instaurados por alguns pensionistas contra a Petros, que são: i) a redução da idade para funcionários que entraram na Petrobras em 1978/1979 e; ii) a mesma cobertura de pensão governamental para viúvas(os). A Petrobras está aguardando a decisão final desses processos para determinar se as solicitações levadas a juízo devem ser incluídas no cálculo das premissas atuariais e alternativas para financiar o plano de pensão em caso de perda.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

11. Obrigações com Benefícios Pós-Emprego e Outros Benefícios (Continuação)

O Novo Plano de previdência complementar para funcionários que entraram na Petrobras depois de 2002 ainda está em fase de aprovação pelos reguladores. A Petrobras não realizou nenhuma provisão para pagamento do benefício de acordo com o novo plano visto que não possível estimar quantos funcionários irão aderir ao plano. A Petrobras e as demais patrocinadoras assumirão integralmente as contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiveram sem plano. Este serviço passado deverá considerar o período desde a data de admissão até a abertura para inscrição no Plano Petros 2. Os desembolsos serão realizados ao longo dos primeiros meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e à patrocinadora. O valor máximo estimado deste compromisso atuarial, em 31 de março de 2007, se o plano for aprovado pela SPC e aceito por todos os novos funcionários, é de US\$139.

12. Patrimônio Líquido

O capital subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de março de 2007 e em 31 de dezembro de 2006, consistia de 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm quaisquer direitos a voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa. Ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos e retorno de capital.

A legislação brasileira em vigor dispõe que o Governo Federal retenha propriedade de 50% mais uma ação do capital votante da Companhia.

A relação entre o *American Depositary Shares* (ADS) e as ações de cada classe tem sido de quatro ações para uma desde de 1º de setembro de 2005.

Em 11 de maio de 2007, o Conselho de Administração, aprovou a alteração da relação entre as ações da Companhia e os *American Depositary Shares* (ADSs) das atuais 4 (quatro) ações para 1 (um) ADS para 2 (duas) ações para 1 (um) ADS. O objetivo dessa alteração na relação entre ação e ADS é facilitar ao pequeno investidor a compra de ADS's na Bolsa de Nova York (*New York Stock Exchange – NYSE*) e, conseqüentemente, ampliar a base de acionistas da Companhia. Essa decisão demonstra também a confiança da Companhia em seus resultados futuros. Esta alteração passa a valer a partir de 2 de julho de 2007.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

12. Patrimônio Líquido (Continuação)

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada juntamente com a Assembléia Geral Ordinária, em 2 de abril de 2007, os acionistas da Petrobras aprovaram um aumento do capital da Companhia para US\$24.623 (R\$52.644) mediante a capitalização de reservas de lucros acumulados durante os exercícios financeiros anteriores, no montante de US\$1.577 (R\$3.372), e de reserva estatutária, no montante de US\$ 471 (R\$1.008), e sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1, Lei Nº 6.404/76.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada, juntamente com a Assembléia Geral Ordinária, em 3 de abril de 2006, os acionistas da Companhia aprovaram aumento no capital da Companhia para US\$22.397 (R\$48.248), através da capitalização de lucros acumulados durante os exercícios financeiros anteriores, no montante de US\$6.969 (R\$15.012), sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1, Lei No. 6.404/76.

De acordo com o artigo 29, inciso II do Estatuto Social da Companhia, em 15 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração autorizou a recompra de parte das ações preferenciais em circulação para cancelamento futuro, utilizando-se de recursos provenientes das reservas de lucro sujeitas às seguintes condições:

- a) Objetivo: reduzir o excedente de caixa e adequar a estrutura de capital, contribuindo para reduzir o custo do capital da Petrobras.
- b) Valor: até 91.500.000 ações preferenciais, correspondente a 4,9% do total dessa classe de ação em circulação, que é de 1.850.364.698 ações;
- c) Preço: a aquisição ocorrerá na Bolsa de Valores, a valores de mercado nas datas de aquisição ao longo do prazo de recompra;
- d) Prazo: até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir de 15 de dezembro de 2006.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

12. Patrimônio Líquido (Continuação)

A Assembléia Geral Ordinária de 02 de abril de 2007, aprovou dividendos referentes ao exercício de 2006, no montante de US\$ 3.693, correspondente a US\$ 0,84 por ação ordinária e preferencial, e incluem as parcelas de juros sobre capital próprio, dos quais US\$ 2.052 foram disponibilizados aos acionistas em 04 de janeiro de 2007, correspondente a US\$ 0,47 por ação, com base na posição acionária de 31 de outubro de 2006, US\$ 923 foram disponibilizados em 30 de março de 2007, com base na posição acionária de 28 de dezembro de 2006, correspondente a US\$ 0,21 por ação e o saldo de US\$ 718, correspondente a US\$ 0,16 por ação, foi disponibilizado em 17 de maio de 2007, com base na posição acionária de 02 de abril de 2007.

Os dividendos são atualizados monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, a partir de 31 de dezembro de 2006 até 17 de maio de 2007, data inicial de pagamento de cada parcela.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

12. Patrimônio Líquido (Continuação)

O lucro líquido básico e diluído por ação foi determinado como segue:

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2007	2006
Lucro líquido do período	2.159	3.163
Menos dividendos atribuíveis a ações preferenciais	(809)	(459)
Menos dividendos atribuíveis a ações ordinárias, até o limite dos dividendos atribuíveis a ações preferenciais, por ação	<u>(1.109)</u>	<u>(629)</u>
Saldo do lucro líquido remanescente a ser alocado igualmente às ações ordinárias e preferenciais	<u>241</u>	<u>2.075</u>
Média ponderada do número de ações em circulação		
Ordinárias	2.536.673.672	2.536.673.672
Preferenciais	<u>1.850.394.698</u>	<u>1.849.478.028</u>
Lucro básico e diluído por:		
Ação ordinária e preferencial	0,49	0,72
ADS ordinária e preferencial	1,96	2,88

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

13. Compromissos e Contingências

A Companhia está sujeita a determinados compromissos e contingências resultantes do curso normal de suas operações. Além disso, as operações e os resultados da Companhia têm sido, e podem ser no futuro, afetados de diferentes formas por alterações na legislação brasileira, influências do Governo Federal como acionista majoritário da Companhia, pela situação da economia brasileira, pela venda forçada de ativos, aumento de impostos, processos fiscais retroativos e pela legislação ambiental. Não é possível estimar no momento a probabilidade de ocorrência dessas contingências e o seu efeito sobre a Companhia.

a) Processos judiciais

A Companhia está envolvida em diversos processos judiciais de natureza cível, tributária, trabalhista, corporativa e ambiental, resultantes das suas operações. A Companhia constituiu provisões para processos judiciais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, as provisões por tipo de processo estavam apresentadas da seguinte forma:

	<u>31 de março de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Reclamações trabalhistas	39	38
Processos fiscais	54	47
Processos cíveis	100	97
Processos comerciais e outras contingências	<u>37</u>	<u>51</u>
Total	<u>230</u>	<u>233</u>
Contingências no curto prazo	<u>(27)</u>	<u>(25)</u>
Contingências no longo prazo	<u>203</u>	<u>208</u>

Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006, de acordo com a legislação brasileira, a Companhia efetuou depósitos judiciais nos valores de US\$807 e US\$816, respectivamente, como garantia para essas e outras demandas até que sejam liquidadas. Estes valores estão refletidos no balanço patrimonial como depósitos vinculados para processos judiciais e garantias.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

13. Compromissos e Contingências (Continuação)

b) Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais. Essas leis disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais no meio ambiente e estabelecem que os efeitos das operações da Companhia sobre o meio ambiente devem ser por ela corrigidos ou mitigados.

A Administração da Companhia considera que quaisquer despesas incorridas para corrigir ou mitigar possíveis impactos ambientais não devem ter efeito significativo nas operações ou no fluxo de caixa.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios

Os ativos da Companhia segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de março de 2007							
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	3.569	10.140	1.683	2.602	2.129	12.684	(4.337)	28.470
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	9.667	-	9.667
Outros ativos circulantes	3.569	10.140	1.683	2.602	2.129	3.017	(4.337)	18.803
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	48	947	426	1.635	51	134	-	3.241
Imobilizado, líquido	34.902	10.596	7.354	6.243	1.588	2.146	-	62.829
Ativo realizável a longo prazo	1.416	474	1.206	556	299	3.146	(463)	6.634
Conta Petróleo e Alcool	-	-	-	-	-	385	-	385
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	544	-	544
Outros ativos	1.416	474	1.206	556	299	2.217	(463)	5.705
Total do ativo	39.935	22.157	10.669	11.036	4.067	18.110	(4.800)	101.174

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de março de 2007						
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.743	1.072	1.060	148	189	(1.610)	2.602
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.743	1.072	1.060	148	189	(1.610)	2.602
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	931	360	300	21	23	-	1.635
Imobilizado, líquido	4.795	853	213	153	258	(29)	6.243
Ativo realizável a longo prazo	596	34	56	24	792	(946)	556
Outros ativos	596	34	56	24	792	(946)	556
Total do ativo	8.065	2.319	1.629	346	1.262	(2.585)	11.036

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2006							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	15.413	(2.697)	30.955
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	12.688	-	12.688
Outros ativos circulantes	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	2.725	(2.697)	18.267
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	33	970	394	1.721	20	124	-	3.262
Imobilizado, líquido	33.979	9.828	6.828	5.722	1.468	1.072	-	58.897
Ativo realizável a longo prazo	1.388	354	1.119	460	209	2.523	(487)	5.566
Conta Petróleo e Álcool	-	-	-	-	-	368	-	368
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	479	-	479
Outros ativos	1.388	354	1.119	460	209	1.676	(487)	4.719
Total do ativo	38.366	20.820	9.597	10.274	3.675	19.132	(3.184)	98.680

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2006						
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	990	360	280	66	25	-	1.721
Imobilizado, líquido	4.436	834	216	162	94	(20)	5.722
Ativo realizável a longo prazo	546	36	49	13	669	(853)	460
Outros ativos	546	36	49	13	669	(853)	460
Total do ativo	7.458	2.249	1.499	375	1.007	(2.314)	10.274

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Receitas e lucro líquido segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Período de três meses findo em 31 de março de 2007							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	804	10.294	680	1.866	4.756	-	-	18.400
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	7.258	3.820	260	294	101	-	(11.733)	-
Receitas operacionais líquidas	8.062	14.114	940	2.160	4.857	-	(11.733)	18.400
Custo das vendas	(3.269)	(11.915)	(811)	(1.697)	(4.399)	-	11.636	(10.455)
Depreciação, exaustão e amortização	(667)	(228)	(75)	(111)	(29)	(47)	-	(1.157)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(97)	-	-	(205)	-	-	-	(302)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(79)	(389)	(111)	(167)	(244)	(387)	19	(1.358)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(89)	(34)	(19)	-	(1)	(37)	-	(180)
Outras despesas operacionais	(106)	(106)	(56)	(62)	(17)	(386)	-	(733)
Custos e despesas	(4.307)	(12.672)	(1.072)	(2.242)	(4.690)	(857)	11.655	14.185
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	1	12	16	-	-	-	29
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(137)	-	(137)
Despesas com benefícios aos participantes aposentados	-	-	-	-	-	(226)	-	(226)
Outros tributos	(9)	(20)	(11)	(12)	(24)	(66)	-	(142)
Outras despesas, líquidas	6	3	(1)	10	(2)	(1)	-	15
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	3.752	1.426	(132)	(68)	141	(1.287)	(78)	3.754
Benefício (despesa) de imposto de renda	(1.276)	(485)	49	(36)	(48)	341	27	(1.428)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(60)	(4)	(61)	(33)	3	(12)	-	(167)
Lucro (prejuízo) líquido do período	2.416	937	(144)	(137)	96	(958)	(51)	2.159

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de três meses findo em 31 de março de 2007						Total
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	138	1.117	174	430	8	(1)	1.866
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	446	344	14	3	-	(513)	294
Receitas operacionais líquidas	584	1.461	188	433	8	(514)	2.160
Custo das vendas	(255)	(1.421)	(148)	(393)	(8)	528	(1.697)
Depreciação, exaustão e amortização	(81)	(18)	(4)	(5)	(3)	-	(111)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(205)	-	-	-	-	-	(205)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(47)	(30)	(4)	(28)	(58)	-	(167)
Outras despesas operacionais	(45)	1	3	3	(24)	-	(62)
Custos e despesas	(633)	(1.468)	(153)	(423)	(93)	528	(2.242)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	(4)	5	10	-	5	-	16
Outros tributos	(1)	(1)	-	(1)	(9)	-	(12)
Outras despesas, líquidas	(1)	-	11	-	-	-	10
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	(55)	(3)	56	9	(89)	14	(68)
Benefício (despesa) de imposto de renda	(23)	(6)	-	(1)	(6)	-	(36)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(17)	(1)	(9)	(1)	(5)	-	(33)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(95)	(10)	47	7	(100)	14	(137)

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de três meses findo em 31 de março de 2006							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição Corporativa	Eliminações		
Receitas operacionais líquidas com terceiros	814	9.692	553	880	4.275	-	-	16.214
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	7.948	3.479	297	286	67	-	(12.077)	-
Receitas operacionais líquidas	8.762	13.171	850	1.166	4.342	-	(12.077)	16.214
Custo das vendas	(3.288)	(11.429)	(661)	(620)	(3.925)	-	11.811	(8.112)
Depreciação, exaustão e amortização	(433)	(188)	(35)	(113)	(33)	(14)	-	(816)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(44)	-	-	(94)	-	-	-	(138)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(101)	(310)	(95)	(104)	(256)	(291)	20	(1.137)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(41)	(21)	(7)	(1)	(1)	(42)	-	(113)
Outras despesas operacionais	66	-	(72)	(20)	2	(70)	13	(81)
Custos e despesas	(3.841)	(11.948)	(870)	(952)	(4.213)	(417)	11.844	(10.397)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	1	7	8	-	(6)	-	10
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(311)	-	(311)
Despesas com benefícios aos participantes aposentados	-	-	-	-	-	(253)	-	(253)
Outros tributos	(8)	(15)	(6)	(12)	(19)	(48)	-	(108)
Outras despesas, líquidas	(41)	(10)	9	(1)	2	-	-	(41)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	4.872	1.199	(10)	209	112	(1.035)	(233)	5.114
Benefícios (despesas) de imposto de renda	(1.656)	(407)	4	(62)	(37)	347	78	(1.733)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	145	(11)	(39)	(65)	-	(248)	-	(218)
Lucro (prejuízo) líquido do período	3.361	781	(45)	82	75	(936)	(155)	3.163

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de três meses findo em 31 de março de 2006						
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Receitas operacionais líquidas com terceiros	218	235	160	267	-	-	880
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	400	368	10	2	-	(494)	286
Receitas operacionais líquidas	618	603	170	269	-	(494)	1.166
Custo das vendas	(185)	(553)	(131)	(267)	-	516	(620)
Depreciação, exaustão e amortização	(88)	(16)	(3)	(3)	(3)	-	(113)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(94)	-	-	-	-	-	(94)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(35)	(15)	(2)	(18)	(34)	-	(104)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais	(6)	2	7	3	(32)	6	(20)
Custos e despesas	(408)	(582)	(129)	(285)	(70)	522	(952)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	5	4	(1)	-	-	-	8
Outros tributos	(3)	(1)	-	-	(8)	-	(12)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	212	24	40	(16)	(79)	28	209
Benefício (despesa) de imposto de renda	(63)	(6)	(12)	6	21	(8)	(62)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(38)	(4)	(6)	4	(21)	-	(65)
Lucro líquido (prejuízo) do período	111	14	22	(6)	(79)	20	82

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
Em milhões de dólares norte-americanos
(Exceto quando especificamente indicado)
(Não auditado)

14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Os gastos de capital por segmento de negócio nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2007 e 2006 estão apresentados abaixo:

	Período de três meses findo em	
	31 de março de	
	2007	2006
Exploração e Produção	1.811	1.565
Abastecimento	576	436
Gás e Energia	291	158
Internacional		
Exploração e Produção	655	228
Abastecimento	41	20
Distribuição	8	3
Gás e Energia	1	-
Distribuição	126	70
Corporativo	165	186
	<u>3.674</u>	<u>2.666</u>

15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia

A nova Lei Boliviana de Hidrocarbonetos 3.058 está em vigor desde 19 de maio de 2005. Essa lei revoga a Lei de Hidrocarbonetos anterior 1.689, datada de 30 de abril de 1996.

A nova lei estabelece, entre outros pontos, uma carga tributária maior para as empresas do setor, por meio de *royalties* de 18% e de um imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH) de 32%, a ser aplicado diretamente sobre 100% da produção, os quais se somem aos impostos em vigor em virtude da Lei N° 843. Além disso, a nova legislação determina a migração dos contratos de risco compartilhados para novos contratos observando os modelos estabelecidos na Lei, e introduz modificações na atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo.

Em 30 de junho de 2006, venceu o prazo dos contratos que as grandes empresas distribuidoras tinham para a distribuição de hidrocarbonetos na Bolívia. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) assumiu, a partir desta data, a distribuição nacional. A empresa Petrobras Bolívia Distribución, que mantinha adjudicada grande parte deste negócio, continua atuando no segmento através das estações de serviço de sua propriedade e a comercialização de lubrificantes.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)

A partir de 1º de maio de 2006 entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo nº 28.701 através do qual foram nacionalizados os recursos naturais de hidrocarbonetos. Como consequência, as empresas, que atualmente realizam atividades de produção de gás e petróleo, terão que transferir a propriedade de toda a produção de hidrocarbonetos à YPFB.

O Decreto supra-mencionado estabelece que em campos com uma produção de gás natural média certificada acima de 100 milhões de pés cúbicos por dia em 2005, como é o caso dos campos de San Alberto e San Antonio onde a Companhia opera, uma soma adicional será paga à YPFB de 32% sobre o valor da produção, aumentando para um total de 82% a participação do governo boliviano. Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2007, a Companhia registrou uma provisão para pagar a parcela adicional à YPFB de 32% sobre a produção de hidrocarbonetos, num valor igual a US\$33.

Por outro lado, mediante esse decreto, o governo boliviano nacionaliza as ações necessárias para que a YPFB controle com, no mínimo, 50% mais 1 ação da Petrobras Bolívia Refinación S.A. (PBR), na qual a Companhia detém indiretamente 100% de participação (Petrobras International Braspetro B.V. - 51% e Petrobras Energia S.A. - 49%). A participação acionária será transferida para a YPFB quando as partes chegarem a um acordo sobre o valor da compensação econômica a ser paga pela YPFB à Petrobras, além do cumprimento prévio de algumas premissas societárias e legais.

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus associados firmaram contratos de operação com a YPFB para os campos San Alberto e San Antonio. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participação em lucros, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela YPFB, e o custo de produção e investimentos feitos pelas empresas devem ser reembolsados como remuneração ao proprietário. Qualquer diferença que possa existir será distribuída entre a companhia estatal boliviana e as empresas em percentagens variando de acordo com a produção e o fator de recuperação de investimento.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)

Em um documento anexo aos contratos denominado “Investimentos realizados”, a Petrobras e seus associados estabelecem os valores dos investimentos líquidos de amortização, que serão revisados levando em conta os resultados das auditorias contratadas pelo Ministério de Hidrocarbonetos, que estão atualmente em andamento. Até o momento, a Companhia não tem conhecimento do resultado final dessas auditorias e dos possíveis efeitos sobre seus investimentos.

Através do Decreto Supremo 28.900-A, de 28 de outubro de 2006, se estabeleceu que as empresas continuarão operando na Bolívia, sob os preceitos do Decreto Supremo 28.701, incluindo o parágrafo I, artº. 3, que estabelece o pagamento adicional de 32% para os campos de San Alberto e San Antonio, até que os mencionados contratos sejam registrados.

Em 28 de novembro de 2006, o Congresso Nacional aprovou os 44 contratos de operação (exploração e produção), entre os quais se encontram aqueles em que a Petrobras tem participação e/ou é operadora, onde se incluem, principalmente, os campos de San Alberto e San Antonio. Em 11 de janeiro de 2007, foram publicadas as Leis que promulgam a aprovação dos mencionados contratos pelo Poder Legislativo Boliviano, entre as quais se encontram aquelas referentes aos campos de San Alberto e San Antonio. Em 02 de maio de 2007, os contratos foram registrados e as operações da Petrobras de exploração e produção de óleo e gás nos campos acima mencionados passaram a vigorar segundo os termos definidos em contrato.

Em 27 de fevereiro de 2007, o Ministério de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia emitiu a Resolução 021/2007 que determina o pagamento, também para os meses de novembro a março de 2007, da participação adicional da YPFB dos 32% sobre a produção. A Petrobras Bolívia entrou com um recurso administrativo solicitando a anulação dos efeitos da mencionada resolução, tendo em vista que os novos contratos foram assinados em 28 de outubro de 2006 e que o registro dos contratos não dependeu de ações da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)

Em 7 de maio de 2007, o Governo Boliviano publicou o Decreto Supremo 29.122 pelo qual YPFB assume as operações de comercialização do petróleo reconstituído e da gasolina branca produzidos pelas refinarias da Petrobras Bolívia Refinación S.A. – PBR. Este decreto determina um preço regulado de US\$30,35 por barril de petróleo reconstituído e US\$31,29 por barril de gasolina branca e reservando-lhe o direito sobre os benefícios de sua venda ao mercado internacional (exportação).

Em 10 de maio de 2007, o governo da Bolívia e a YPFB, através de carta do Ministro de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia encaminhada à Petrobras, concordaram com os termos gerais apresentados pela Petrobras para venda da totalidade da participação acionária da Companhia nas refinarias, naquele país, pelo valor de US\$ 112 que não vai gerar resultados significativos. Os procedimentos para a transferência do controle das refinarias e a forma de pagamento ainda não foram formalizados.

O valor proposto pela Petrobras foi calculado com base no fluxo de caixa futuro, produzido por instituição financeira internacional independente, conforme práticas usuais dos negócios. Durante o período em que as refinarias estiveram com a Petrobras, elas geraram fluxo de caixa positivo, incluindo a remessa de dividendos. Esta avaliação do valor das refinarias não levou em consideração as implicações do Decreto Supremo que afeta as exportações de petróleo reconstituído e gasolina branca.

A PBR e a PEBIS continuam suas operações normais sob o controle e administração da Companhia, e portanto suas demonstrações financeiras consolidadas ainda estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Os ativos totais consolidados na Bolívia em 31 de março de 2007 são de US\$1.179.

16. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela

Em março de 2006, a PESA, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou, com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP), Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos acordos de operação para a modalidade de companhias mistas. Os MDEs estabelecem que a participação dos sócios privados nas companhias mistas deverá ser limitada a 40%, correspondendo ao governo venezuelano a participação de 60%. Dessa forma, as participações indiretas da PESA nos campos de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata passaram a ser de 22%, 36%, 34,5% e 34,5%, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

16. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela (Continuação)

De acordo com o que estabelecem os MDE, a CVP reconhecerá créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participem das companhias mistas, que não estarão sujeitos a juros e poderão ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição de novas áreas para o desenvolvimento de atividades de exploração e produção de petróleo ou de licença para o desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás na Venezuela.

Consoante a estrutura de governança empresarial determinada para as empresas de capital misto, a partir de 1º de abril de 2006 a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados relativos às mencionadas operações em suas demonstrações contábeis consolidadas, porém passou a apresentá-las como participações em empresas não consolidadas e outros investimentos.

Durante o período de transição e até que as empresas mistas tenham iniciado suas operações, o consórcio está sendo conduzido e financiado pela Petrobras Energia Venezuela e outros parceiros, sob a supervisão de um comitê executivo transitório formado principalmente por representantes da PDVSA. Devido às modificações na estrutura jurídica ocorridas na Venezuela, a partir de 1º de janeiro de 2007, a Petrobras não recebeu quaisquer informações financeiras das companhias mistas e conseqüentemente não contabilizou quaisquer resultados de equivalência patrimonial para o ano. A Petrobras começará a reconhecer os efeitos de equivalência patrimonial de forma consistente mediante a obtenção de informações financeiras confiáveis das mesmas.

17. Eventos Subseqüentes

a) Emissão de Obrigações Negociáveis da Pesa

No dia 07 de maio de 2007, a Petrobras Energia S.A. - Pesa, controlada indireta da Petrobras, emitiu Obrigações Negociáveis no valor total de US\$300, por um prazo de 10 anos e juros de 5,875% a.a. Os juros serão pagos semestralmente e o capital em uma única quota na data do vencimento. A emissão foi realizada tanto no mercado argentino como no mercado internacional.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

17. Eventos Subseqüentes (continuação)

b) Negociações Ipiranga

Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar (“ O Comissionado”), e com a interveniência da Braskem S.A. e da Petróleo Brasileiro SA - Petrobras (por comissão), adquiriu por US\$ 2,694 (R\$ 5.486 milhões) 61,6% das ações ordinárias e 13,8% das ações preferenciais de emissão da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (“RPI”), 65,5% das ações ordinárias e 12,6% das ações preferências de emissão da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. (“DPPI”), e 3,6% das ações ordinárias e 0,4% das ações preferenciais de emissão da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (“CBPI”) detidas pelos acionistas controladores do Grupo Ipiranga.

Nos termos do acordo entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar deterá o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste (“Ativos de Distribuição Sul”), a Petrobras deterá o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (“Ativos de Distribuição Norte”), e a Braskem deterá o controle dos ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química SA, Ipiranga Petroquímica S/A (IPQ) e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul (Copesul). Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela RPI serão compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

(Tradução livre do original em inglês)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

17. Eventos Subseqüentes (Continuação)

b) Negociações Ipiranga (Continuação)

Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar, Braskem e Petrobras pagaram na forma acordada no contrato de compra e venda celebrado em 18 de março de 2007, US\$1,010 relativos à parcela dos acionistas controladores do Grupo Ipiranga, dos quais US\$362 foram pagos pela Petrobras.

Os US\$ 362 foram adiantados pela Petrobras ao Comissionado que será responsável pela reorganização societária da entidade adquirida que será posteriormente trocada pelo adiantamento com base no contrato. Espera-se que a transação seja concluída até o fim de 2007.

A operação foi submetida à aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria de Direito Econômico - SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE), no prazo e forma assinalados pela legislação em vigor.